



1

1

2 **Ata da Reunião Extraordinária do dia 04 de Novembro de 2025 do Conselho**
3 **Estadual de Promoção da Igualdade Racial– CONSEPIR/PR**

4

5 Ao dia quatro do mês novembro de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se
6 extraordinariamente na sala virtual de reunião, por meio de videoconferência e
7 presencialmente, os seguintes representantes: **Conselheiros da Sociedade Civil:**
8 Marcos/FAMOPAR; Antônio José/ÔDÁRÁ AJÊ; Marli/CRP-PR; Amanda/CRESS-PR;
9 Robson/LBC; Ademilson/Associação Corisco Capoeira. **Conselheiros Governamentais:**
10 Aloísio/SEDEF; Jane/SEJU; Victor Hugo/SETR; Luciano/SEPL; Galindo/SEED;
11 Richard/SETI; Hanna/SEEC; Ademar/SEAB; Lucimar/SESA; Alexane/SETU;
12 Clemilda/SEMIPI; Roberta/Casa Civil. **A Secretária Executiva Caroline Fátima das**
13 **Chagas Rocha:** Dá as boas vindas e faz verificação de quórum, constando 18
14 representantes. **O Presidente Aloísio/SEDEF:** faz a leitura das pautas, coloca em
15 votação e todos aprovam. Lê o primeiro item (aprovação da ata da reunião do dia
16 18/06/2025), informa que a ata foi encaminhada à todos por e-mail e à coloca em votação.
17 Todos aprovam. Lê o quinto item (correção do documento da deliberação nº13/2025
18 Fundo a Fundo - supressão do: Art. 12., inciso IV; Art. 13., inciso I e Parágrafo único). **A**
19 **Secretária Executiva Caroline Fátima das Chagas Rocha:** faz a leitura dos artigos,
20 dos incisos e do parágrafo à ser suprimido e ao final da leitura passa a palavra ao
21 Coordenador Everton/SEMIPI, para que eles faça suas considerações sobre a
22 necessidade de supressão dos itens indicados. **O Coordenador Everton/SEMIPI:** explica
23 que as supressões foram sugeridas pois não há rubrica para aquisição de bens de capital,
24 uma vez que deliberação visa o custeio de materiais de consumo e de serviços. Portanto,
25 a origem do recurso não comporta o investimento em bens de capital, mas não altera em
26 nada os valores deliberados, e em um segundo momento pode haver uma deliberação
27 exclusiva ou que tenha escopo voltado para aquisição de bens dessa natureza. **O**
28 **conselheiro Luciano/SEPL:** pergunta se a deliberação foi publicada apenas pela SEMIPI
29 ou se também passará pelo DIOE. **O Coordenador Everton/SEMIPI:** responde que a
30 deliberação do fundo já foi publicada, e as alterações de hoje. serão encaminhadas e
31 publicadas no DIOE após aprovação nesta reunião. **Edvaldo Viana:** aponta que alguns
32 municípios já contemplados pelo Repasse, como Apucarana — onde há um terreiro em



33 que o ar-condicionado não está funcionando —; têm dúvidas se o valor repassado pode
34 ser utilizado para fins de reparação como este, e se uma entidade que faz parte do
35 Conselho Municipal pode usar recurso ou se há algum impedimento. **O Coordenador**
36 **Everton/SEMIPI:** explica que a utilização do recurso deve ser mediante ao Plano de
37 Aplicação, que deve ser elaborado pelo município junto ao Conselho Municipal. Neste
38 Plano de Aplicação deverão ser descritos os fins para quais os recursos serão destinados.
39 Acrescenta que o Fundo a Fundo é um instrumento para simplificar a gestão e dar maior
40 liberdade aos gestores municipais, dentro daquilo que é previsto pela deliberação. Ou
41 seja, o gestor pode implantar e aprimorar novas políticas, programas e ações já
42 existentes, ampliar serviços e estruturação de espaços físicos, aperfeiçoar recursos
43 humanos, etc. Ressalta que as destinações dos recursos devem ser discutidas e
44 aprovadas pelo Conselho Municipal e, a partir disso, o gestor deverá elaborar o Plano de
45 Aplicação. **Edvaldo Viana:** sugere que o CONSEPIR faça um checklist apontando o que
46 pode e o que não pode ser feito com o recurso do Repasse para encaminhar aos
47 Conselhos Municipais, para não ter problemas no momento da prestação de contas. **O**
48 **Coordenador Everton/SEMIPI:** informa que haverá uma *live* sobre o Fundo a Fundo com
49 os gestores municipais e que pode ser realizada outra live também com os Conselhos. **A**
50 **Conselheira Ivânia/SEMIPI:** comenta que o Repasse Fundo a Fundo é inovador devido à
51 autonomia que dá aos gestores, e à sua rapidez e transparência, e complementa a fala do
52 Coordenador Everton/SEMIPI informando que há três lives: uma delas (pré-habilitação)
53 que já foi feita; a segunda (realizada após esta reunião) será sobre a inserção dos dados
54 do município no SIFF, como o Plano de Adesão; a criação do Plano de Ação e o processo
55 burocrático do Repasse; e a terceira será sobre como utilizar o recurso. Ressalta que é
56 importante a participação dos conselheiros Estaduais nessas lives e destaca que, apesar
57 das diretrizes do Repasse serem de responsabilidade do CONSEPIR, a autonomia na
58 destinação dos recursos é do município, e cada município tem suas próprias
59 necessidades. Acrescenta que o CONSEPIR só terá detalhes de como os valores foram
60 utilizados na prestação de contas do município. **Edvaldo Viana:** elogia a ideia e comenta
61 que houveram poucos municípios (39) que conseguiram ser habilitados, e se houver
62 problemas na prestação de contas, esse número pode vir a diminuir. Pergunta como os
63 municípios estão sendo mobilizados para participar das lives e sugere que, se houver um
64 calendário, seja encaminhado aos conselheiros para que eles ajudem na divulgação e



entrem em contato com os Conselhos Municipais, uma vez que alguns municípios expressaram dúvidas à ele próprio. **A conselheira Ivânia/SEMIPI:** explica que o processo de atendimento sobre o repasse é humanizado, que busca entrar em contato com as lideranças do município para prestar acolhimento, apoio e tirar dúvidas. Explica que a pré-habilitação ainda está aberta pois a intenção é ter um novo repasse o quanto antes, e que os municípios que ficaram de fora deste repasse, terá a oportunidade de entrar no próximo, com previsão de ocorrer em março do ano que vem. Destaca também que, a adesão de 39 municípios pode parecer pouco, mas antes haviam apenas 3 ou 4 municípios, e que o processo de prestar apoio para regularizar leis e outras exigências do Repasse para os municípios continua ativo. Portanto, aqueles que não conseguiram acessar o primeiro Repasse, devem continuar em contato com a SEMIPI para se habilitar ao próximo. Os municípios já habilitados estão sendo monitorados e, para os municípios que ainda não têm Fundo e Conselho, as lives feitas estão sendo gravadas e disponibilizadas no site da SEMIPI. Também há uma equipe, junto ao Coordenador Everton, para prestar assistência aos municípios com modelos, templates, etc. Os municípios do Paraná estão sendo monitorados para receber o apoio que precisarem para se habilitarem ao Repasse Fundo a Fundo. Se os conselheiros tiverem dúvidas, podem procurar a Secretaria. **Edvaldo Viana:** pergunta se já existe valor de repasse garantido para o próximo ano, que é um ano eleitoral, para que novos municípios se habilitem. **A conselheira Ivânia/SEMIPI:** não há valor garantido, mas o esforço continua para habilitar mais municípios e conseguir mobilização para um novo Repasse antes de março/abril de 2026, e que não é viável garantir um valor de Repasse sem definir número de municípios participantes, uma vez que o Repasse atual foi pensado para 20 municípios e 39 aderiram. Quanto mais municípios habilitados, maior a base para solicitar recurso para Repasse até março. É importante mobilizar os municípios para se habilitarem, e que os conselheiros monitorem os municípios e mantenham contato com a Secretaria, para identificar municípios não habilitados e ajudá-los. **Edvaldo Viana:** alguns municípios o procuraram antes do Repasse e não conseguiram criar Conselho a tempo de se habilitar. **A conselheira Ivânia/SEMIPI:** gostaria, para o próximo repasse, de 50% do Paraná. **O Presidente:** passa a palavra para Corisco. **O conselheiro Ademilson/Associação Corisco Capoeira:** pergunta se o que será suprimido é verba para manutenção de espaço e material de consumo e **Aloísio** explica novamente o que o Coordenador Everton



97 falou anteriormente sobre sugestão de supressão (será suprimida da deliberação os
98 incisos que falam sobre investimento, como bens de capital e reformas). **A Conselheira**
99 **Ivânia/SEMIPI:** relata que o recurso de investimento e de custo são distintos mas nada
100 impede que o próximo Repasse seja mais estruturado e específico, já que a Política de
101 Igualdade Racial é uma política nova nos municípios, então eles não estão bem
102 estruturados, e que o Conselho pode identificar as demandas dos municípios. **O**
103 **Presidente Aloísio/SEDEF:** passa a palavra para o **conselheiro Victor/SETR:** na qual
104 relata que a SEFA tem o MTO (Manual Técnico Orçamentário), que pode ser consultado
105 para dúvidas sobre o que é ou não investimento. **O conselheiro Luciano/SEPL:**
106 esclarece que não estão sendo suprimidos valores e sim alguns itens que descrevem em
107 que os valores podem ser gastos, por não serem permitidos pela legislação. **O**
108 **Presidente Aloísio/SEDEF:** agradece a contribuição, abre espaço para dúvidas, mas
109 ninguém se manifesta, então coloca alteração da deliberação em votação e todos
110 aprovam. Lê o próximo item (necessidade de alteração da data da próxima reunião
111 ordinária do mês novembro). A próxima reunião ordinária está prevista para dia 12/11, e a
112 proposta é de alterá-la para dia 24/11 porque a SEMIPI irá realizar, junto ao Governo do
113 Estado, o programa Cuida+ Paraná, no qual o Fundo será simbolicamente repassado,
114 conforme a deliberação, para os municípios em um ato público. Dessa forma, os
115 conselheiros que não residem em Curitiba terão a chance de participar presencialmente
116 da reunião e da cerimônia, podendo solicitar sua viagem. Abre espaço para comentários
117 mas ninguém se manifesta e passa a palavra para a **Secretária Executiva Caroline**
118 **Fátima das Chagas Rocha:** , que lê o cronograma do evento Cuida+ e ressalta que é
119 importante a presença dos conselheiros e do Presidente no primeiro dia do evento pelo
120 período da manhã, podendo a reunião ser realizada no período da tarde pois é o horário
121 da programação da Diretoria da Pessoa Idosa. Passa a palavra para Ivânia. **A**
122 **conselheira Ivânia/SEMIPI:** comenta sobre as programações do cronograma e ressalta a
123 importância da presença dos conselheiros no dia 24 pela manhã. Explica que o principal
124 trabalho da Política de Igualdade Racial no evento será a sensibilização e letramento das
125 lideranças dos municípios, a fim de causar maior impacto que leve-os a aderir ao
126 programa Município Antirracista. Haverá um palco com falas sobre o Município
127 Antirracista e que dentro desse assunto serão trabalhados temas variados, também
128 explicando o fluxo de certificação pela TECPAR, as pautas e diretrizes do programa,



129 como saúde, educação e outros critérios. Destaca que o momento da entrega do
130 Repasse, que acontecerá na parte da manhã do dia 24, será histórico, sendo importante a
131 presença do Conselho. Pela manhã do dia 25 também será exclusivo para a pauta da
132 Igualdade Racial, sendo importante também a presença do Conselho, e que a prioridade
133 da fala será o programa Município Antirracista. **O Presidente Aloísio/SEDEF:** ressalta a
134 importância da presença dos conselheiros, e que haja organização dos conselheiros que
135 vêm de outras cidades para a viagem, e que isso seja articulado para que todos tenham
136 condições de participar do evento. **O conselheiro Marcos/FAMOPAR:** pergunta se
137 apenas o titular (ou o suplente, na ausência do titular) pode participar do evento, ou
138 ambos podem comparecer. **O Presidente Aloísio/SEDEF:** responde que, dentro do
139 processo de organização interna, do financiamento das passagens e hospedagem, será
140 apenas um, o titular ou o suplente na sua ausência, mas que não há impedimento para
141 que o suplente compareça por conta própria. **O conselheiro Luciano/SEPL:** observa que
142 o Conselho tem uma evolução maior e ganha mais força quando as reuniões acontecem
143 de forma presencial, então pede que os conselheiros se empenhem para participar das
144 reuniões ordinárias presencialmente em Curitiba, dentro de suas possibilidades, e que o
145 Conselho se organize de forma que não precise realizar muitas reuniões extraordinárias.
146 **Aloísio/SEDEF:** coloca item discutido em votação e todos aprovam. Responde a
147 pergunta da conselheira Amanda/CRESS (Para quem ainda não tem o cartão corporativo,
148 daria para solicitar em tempo de participar do evento?), dizendo que, segundo a
149 Secretária Executiva, a possibilidade é remota, mas orienta a solicitar mesmo assim,
150 imediatamente, para caso fique pronto à tempo. **O Presidente Aloísio/SEDEF:** Lê o
151 último item da pauta (utilização de recursos do Conselho para participação dos
152 representantes do CONSEPIR em eventos relacionados ao Novembro Negro, Municípios
153 Antirracistas e/ou atividades ligadas diretamente às atribuições descritas na Lei de criação
154 do Conselho). Explica que, como todos os conselheiros têm ciência, o Conselho tem
155 algumas restrições orçamentárias, e foi solicitado que passasse pelo Conselho a
156 deliberação para a utilização de recursos para viagens programadas — como o Novembro
157 Negro, que foi especificado —, especialmente porque, durante o Novembro Negro, a
158 demanda e a procura por membros do Movimento Negro no geral, pelos conselheiros, por
159 atividades ligadas ao projeto Municípios Antirracistas, bem como as atividades descritas
160 na Lei de criação do Conselho se torna maior. Abre espaço para manifestações, mas



ninguém se pronuncia. Coloca o item em votação e a pauta é aprovada. Informa que o CEPCT (Conselho Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais) fez um convite para os membros do CONSEPIR que para participar de um curso de formação de direitos étnico-raciais, que acontecerá em 2026, ainda sem data definida, de forma virtual e presencial. Pede que, aqueles que tenham interesse em participar, se manifestem por mensagem para a Secretária Executiva, pois está sendo feito um levantamento do número de interessados em participar do curso, além de estar em fase de estudo para fazer o processo de organização. Passa a palavra à **Secretária Executiva Caroline Fátima das Chagas Rocha**: informa que foi recebido pelo Conselho um denúncia do Fórum das Religiões de Matriz Africana relacionada a violência à laicidade do Estado e a liberdade religiosa em escolas municipais de Curitiba, e faz a leitura integral do ofício recebido. **Aloísio/SEDEF**: informa que ofício chegou ao Conselho neste dia pela manhã, que está sendo feito o repasse para o Pleno, que os encaminhamentos necessários serão feitos, assim como o diálogo com a Prefeitura de Curitiba, e que serão passados os desdobramentos da situação para acompanhamento do Conselho. **O conselheiro Luciano/SEPL**: aponta que o Halloween está presente no calendário escolar, questionando porque então não há também dias específicos para religiões cristã e de matriz africana, e que isto se tornou uma discussão a nível nacional e requer cuidado. **A conselheira Amanda/CRESS**: informa no chat que o CRESS PR por meio do Comitê Paranaense de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo nas pessoas da professora Andrea Pires Rocha e do doutorando André Henrique Mello Correa, fará a atividade: "O Papel do Serviço Social na Luta Antirracista" no dia 06 de Novembro (quinta-feira) das 8h às 12h na UEM. **O conselheiro Marcos/FAMOPAR**:relata que esteve nas escolas de Londrina conscientizando os alunos sobre racismo, sendo bem recebidos, e expondo sua opinião de que a Secretaria de Educação deveria realizar trabalho de conscientização em todos os municípios dentro das escolas. **Aloísio/SEDEF**: lê o informe da conselheira Amanda/CRESS e informa que no dia 05/11, no período da tarde, será realizada uma audiência pública na ALEP referente à PEC 27, que versa sobre recursos para a Política de Promoção da Igualdade Racial na esfera federal, sendo um montante de R\$ 20 milhões em 20 anos. A presente ata foi redigida por Victoria Pereira Vilas Boas e revisada por Caroline Fátima das Chagas Rocha, Secretária Executiva do Conselho.